

RÁDIO MOÇAMBIQUE, E.P

Demonstrações Financeiras

Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2019



ÍNDICE

Página

Declaração de Responsabilidade pelo Conselho de Administração	1
Relatório do Auditor Independente	2 – 4
Balanço	5
Demonstração dos Resultados	6
Demonstração de Variações no Capital Próprio	7
Demonstração de Fluxos de Caixa	8
Notas às Demonstrações Financeiras	9 – 31



RÁDIO MOÇAMBIQUE- E P

Demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

Declaração de Responsabilidade dos Administradores

Os administradores da Rádio Moçambique, E.P, são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras da entidade de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas (PGC-NIRF), que compreendem o Balanço, em 31 de Dezembro de 2019, a demonstração de resultados, a demonstração de variações de capital próprio, e a demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas.


Esta responsabilidade inclui: concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro; a selecção e aplicação de políticas contabilísticas apropriadas e o apuramento de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.


Os administradores são ainda responsáveis pela manutenção de registos contabilísticos adequados e de um sistema de gestão de risco eficiente e eficaz.

Os administradores procederam a uma avaliação para determinar se o Rádio Moçambique, E.P tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para questionar a adopção deste pressuposto.

Aprovação das demonstrações financeiras anuais

As demonstrações financeiras da Rádio Moçambique, E.P., conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em _____ de Maio de 2020 e vão assinadas em seu nome, por:


Abdul Naguibo Abdula
Presidente do Conselho de Administração


Virgínia Dombo
Administradora

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

**Aos Membros do Conselho de Administração da
Rádio Moçambique, E.P.
Maputo**

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Rádio Moçambique, E.P, conforme as páginas 5 a 31, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de activos de 599 832 405 Meticais e um total de capitais próprios negativos de 1 254 094 442 Meticais, incluindo um lucro líquido de 49 278 254 Meticais), a demonstração de resultados, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos da matéria descrita na secção Bases para a Opinião com Reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Rádio Moçambique, E.P, em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas (PGC-NIRF).

Bases para a opinião com reservas

Não se encontra disponível a base de dados a partir da qual a Companhia Electricidade de Moçambique determina os valores da taxa de radiodifusão que transfere para a Rádio Moçambique através do Ministério das finanças, que são igualmente a referência para os registos contabilísticos cujo montante ascende a 230.4 milhões de Meticais. Estas circunstâncias limitaram a nossa análise quanto a integralidade e precisão destes registos nas demonstrações financeiras.

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo *Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA), órgão da IFAC – *International Federation of Accountants*, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Continuidade de operações

Sem afectar a nossa opinião expressa acima, chamamos a atenção para ao facto da sociedade apresentar em 31 de Dezembro de 2019, capitais próprios negativos de 1 254 milhões de Meticais (1 300 milhões de Meticais negativos em 2018). A Sociedade encontra-se dependente do apoio financeiro do Governo Moçambicano e parceiros para continuar a crescer de acordo com as previsões da Administração. Adicionalmente, chamamos a atenção para o facto de que a perda de mais de metade do capital social, ao abrigo do artigo 119 do Código Comercial, implica que os accionistas sejam obrigados a proceder ao reforço dos capitais próprios da Sociedade, dentro dos prazos legalmente previsto.

Impacto das incertezas resultantes do Covid-19 na nossa auditoria.

Em Março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou a disseminação da doença provocada pelo novo coronavírus ("Covid-19") como pandemia, a qual tem um impacto negativo nas perspectivas para a economia mundial. A pandemia da Covid-19 constitui um desafio sem precedentes para a economia global e, à data da emissão deste relatório, os seus efeitos estão sujeitos a níveis de incerteza. Uma auditoria não pode prever factores desconhecidos ou todas as possíveis implicações futuras para uma empresa, e este é particularmente o caso em relação a Covid -9. Conforme descrito na Nota 32 às demonstrações financeiras, dependendo da profundidade e extensão temporal dos impactos disruptivos desta pandemia, a actividade e rentabilidade da Sociedade, incluindo a valorização dos seus activos, será afectada em maior ou menor grau. Nossa opinião não é modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidades do órgão de gestão

A administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas (PGC-NIRF), e pelo controlo interno que ela determine ser necessária para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a administração tenha a intenção de liquidar a Sociedade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Sociedade.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pela administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.



Deloitte & Touche (Moçambique) Limitada

Auditores certificados 09/SCA/OCAM/2014 representada por:

Aneliya Nikolova

Partner

Auditora certificada 56/CA/OCAM/2014

Maputo, 12 de Maio de 2020

BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em Meticals)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018 Reexpresso Nota 32
Activos			
Activos não correntes			
		500,630,472	538,015,395
Activos tangíveis	8	499,075,601	536,478,027
Activos intangíveis	9	954,870	937,368
Investimento financeiro	10	600,000	600,000
Activos correntes			
		99,201,934	114,279,626
Clientes	11	7,244,044	4,130,770
Outros activos financeiros	12	1,690,409	2,654,816
Outros activos correntes	13	40,990,843	36,869,288
Caixa e equivalentes de caixa	14	49,276,638	70,624,753
Total do activo		599,832,405	652,295,021
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
	15	(1,254,094,442)	(1,303,372,696)
Capital social		121,999,382	121,999,382
Reservas		208,723,723	208,723,723
Excedente de reavaliação de activos tangíveis		-	392,942,368
Resultados acumulados		(1,584,817,548)	(2,027,038,170)
Passivos não correntes			
		1,483,790,443	1,621,625,499
Provisões	16	1,483,790,443	1,621,625,499
Passivos correntes			
		370,136,405	334,042,219
Provisões	16	137,464,489	116,368,067
Fornecedores	17	95,069,595	132,643,884
Empréstimos obtidos	18	29,901,000	29,998,848
Outros passivos financeiros	19	68,081,187	23,826,246
Outras contas a pagar	20	39,620,134	31,205,174
Total do passivo		1,853,926,848	1,955,667,717
Total do passivo e capital próprio		599,832,405	652,295,021

Rádio Moçambique, E.P.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
 Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
 (Valores expressos em Meticais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018 Reexpresso Nota 32
Venda de bens e prestação de serviços	21	67,721,690	85,653,651
Outros rendimentos e ganhos operacionais	22	<u>746,144,881</u>	<u>633,929,677</u>
Rendimentos operacionais		813,866,571	719,583,329
Custos com o pessoal	23	(539,881,722)	(491,670,313)
Fornecimentos e serviços de terceiros	24	(161,525,605)	(159,440,368)
Amortizações do exercício	8	(49,810,571)	(61,174,694)
Ajustamento de contas a receber	11	<u>(5,970,977)</u>	<u>(3,612,422)</u>
Resultado operacional		56,677,696	3,685,532
Rendimentos financeiros	25	2,093,960	3,571,839
Gastos financeiros	26	<u>(9,493,401)</u>	<u>(13,323,544)</u>
Resultado antes de imposto		49,278,254	(6,066,173)
Imposto sobre o rendimento	27	-	-
Resultado líquido do exercício		<u>49,278,254</u>	<u>(6,066,173)</u>

Rádio Moçambique, E.P.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em Meticals)

	Capital social	Reservas de investimentos	Reservas de reavaliação	Resultados acumulados	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	121,999,382	208,723,723	409,314,967	(2,037,339,696)	(1,297,301,624)
Transferência de reservas	-	-	(16,372,599)	16,367,700	(4,899)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(6,066,173)	(6,066,173)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	121,999,382	208,723,723	392,942,368	(2,027,038,170)	(1,303,372,697)
Transferência de reservas de reavaliação	-	-	(392,942,368)	392,942,368	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	49,278,254	49,278,254
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	121,999,382	208,723,723	-	(1,584,817,547)	(1,254,094,442)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

(valores expressos em Meticais)

Fluxos de caixa das actividades operacionais	Notas	2019	31/12/2018 Reexpresso Nota 32
Resultado líquido do exercício		49,278,254	(6,066,173)
Ajustamentos ao relativos a:			
Depreciação	8	49,810,571	61,174,694
Impostos diferidos		-	(959,164)
Ajustamento nos saldos de abertura		-	(4,899)
Movimento nas provisões		(116,738,633)	(95,458,106)
Aumento de clientes		(3,113,275)	(2,778,306)
Diminuição / (aumento) de outros activos financeiros		964,407	(1,043,616)
Aumento de outros activos correntes		(4,121,555)	(3,083,694)
Diminuição / (aumento) de fornecedores		(37,574,289)	42,379,087
Aumento / (Diminuição) em outros passivos financeiros		44,254,941	(17,646,785)
Aumento de outras contas a pagar		8,414,960	19,917,994
Fluxo de caixa usado nas actividades operacionais		(8,824,620)	(3,568,968)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	8,9	(12,425,647)	(17,326,362)
Ajustamento nos activos tangíveis			
Fluxo de caixa usado das actividades de investimento		(12,425,647)	(17,326,362)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Empréstimos (reembolsados) / contraídos		(97,848)	5,498,848
Fluxo de caixa (usado)/gerado nas actividades de financiamento		(97,848)	5,498,848
Varição de caixa e equivalentes de caixa		(21,348,115)	(15,396,482)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		70,624,753	86,021,235
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	14	49,276,638	70,624,753

IDENTIFICAÇÃO

Designação da entidade:	Rádio Moçambique, EP
Sede:	Rua da Rádio nº2
Natureza da actividade:	Prestação de serviços públicos de radiodifusão sonora bem como as respectivas actividades subsidiárias, complementares e de natureza comercial
Data de constituição	02 de Outubro de 1975
Número único da entidade legal	Decreto no.16/75; Decreto 18/94
Designação da empresa	Rádio Moçambique, EP
Sede da empresa	Maputo – Moçambique
Conselho de Administração:	Abdul Naguibo Abdula (Presidente do conselho de administração) Virginia Matilde Dombo (Administradora) Antonio Barros (Administrador) Jeremias Ângelo Jeremias (Administrador) Damião Salatiel (Administrador)

1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2019, foram preparadas em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas (PGC – NIRF) e, em consequência, com base no custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). Na preparação das demonstrações financeiras, foram igualmente seguidos os princípios de acréscimos e da continuidade das operações.

2. Mensuração

As demonstrações financeiras são preparadas na base do custo histórico, exceptuando alguns activos fixos tangíveis e propriedades de investimento que são mensurados ao justo valor.

3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais, que constitui a moeda funcional da empresa. Toda a informação financeira apresentada em Meticais foi arredondada para a unidade do Metical mais próxima.

4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a gerência faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas e dos valores reportados em activos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As estimativas são efectuadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas e pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões às estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista e em todos os períodos futuros que a revisão vier a afectar.

4.1 Imparidade de clientes e contas a receber

A Empresa reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir a necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais, nomeadamente para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas baseiam-se em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas. O Conselho de administração da Rádio Moçambique é da opinião que, a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma razoável o risco associado à sua carteira de clientes.

4.2 Estimativa de vida útil e valores residuais

O gasto relativo às amortizações do período é obtido depois da determinação da vida útil esperada e do valor residual esperado de um activo. O aumento da vida útil e do valor residual estimado resultaria num gasto de amortizações reduzido na demonstração de resultados.

A estimativa da vida útil é baseada em certos indicadores tais como a experiência histórica com activos similares bem como a antecipação de eventos futuros, os quais podem afectar a sua vida, tais como as mudanças na tecnologia. A vida útil dependerá também do futuro desempenho dos activos assim como do julgamento da Administração sobre o período ao longo do qual os benefícios económicos serão obtidos do activo. A administração da Empresa avalia continuamente as estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis.

4.3 Imparidade de activos tangíveis e intangíveis

A administração efectua um teste anual de imparidade para os activos tangíveis e intangíveis sempre que existam factos ou circunstâncias que indiquem que a sua quantia escriturada excede o valor recuperável.

O teste de imparidade é uma área que envolve o julgamento da Administração, exigindo uma avaliação sobre se o valor escriturado dos activos pode ser suportado pelo montante mais alto entre o justo valor menos custos para vender e o valor de uso.

A Empresa usa entidades externas com o conhecimento necessário para determinar o justo valor menos custos para vender dos seus activos.

5. Principais políticas contabilísticas

5.1 Benefícios dos empregados

As responsabilidades da Rádio Moçambique, EP por benefícios pós-emprego concedidos aos seus empregados são determinadas anualmente com base em avaliações actuariais, levadas a cabo por peritos independentes. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e pensões, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa da Rádio Moçambique, EP e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Devido à natureza de longo prazo destes planos, tais estimativas estão sujeitas a uma incerteza significativa.

As contribuições para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), um plano de contribuição definida que todas as empresas moçambicanas são, por lei, obrigadas a fazer, são baseadas numa percentagem dos salários e são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados conforme forem incorridas.

5.2 Provisões

Princípio geral

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Rádio Moçambique, E.P têm uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios que a empresa prevê obter de um contrato são inferiores ao custo que a empresa irá, inevitavelmente, incorrer para cumprir as suas obrigações ao abrigo desse contrato. A provisão é medida tomando-se como base o valor actual do custo mais baixo previsto para terminar o contrato e o custo líquido previsto para continuar o contrato. Antes de uma provisão ser constituída, a empresa reconhece todas as perdas por imparidade nos activos associados a esse contrato.

5.3 Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Empresa, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado de acordo com a legislação fiscal em vigor (A taxa em vigor são 32%), tomando-se por base os resultados reportados na demonstração de resultados da empresa após ajustamento para efeitos fiscais e é reconhecido em resultados.

O imposto corrente é o imposto que se espera pagar sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas legisladas ou substantivamente legisladas à data das demonstrações financeiras, incluindo quaisquer ajustamentos de períodos anteriores.

Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido usando o método do balanço em resultado de diferenças temporárias tributáveis entre as quantias escrituradas dos activos e passivos para propósitos de relato financeiro e os valores dos activos e passivos usados para efeitos fiscais.

5.4 Moedas estrangeiras

Na preparação das demonstrações financeiras, as transacções em moedas estrangeiras são registadas, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transacção. No final de cada período de relato, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Os itens não monetários mensurados ao justo valor em moeda estrangeira são convertidos ao câmbio da data em que o justo valor tiver sido determinado. Os itens não monetários mensurados ao custo histórico numa moeda estrangeira não são reconvertidos.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e/ou gastos na demonstração de resultados.

5.5 Rédito

Todo o rédito da empresa provém da prestação de serviços.

- Rédito é reconhecido quando o desfecho das transacções pode ser adequadamente estimado e quando é provável que os benefícios económicos associados à transacção irão fluir para a empresa;
- Os proveitos são reconhecidos nos períodos contabilísticos em que os serviços são prestados. O reconhecimento do proveito nesta base proporciona informação útil sobre a extensão da actividade de serviço e desempenho durante um período;
- Os critérios de reconhecimento de rédito são aplicados separadamente a cada transacção;
- O Rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber;
- Quando há um deferimento a diferença entre o valor nominal e o justo valor é reconhecida como juro.

Reconhecimento do Rédito

Serviço de Publicidade

A receita representa o valor a receber pelos serviços prestados no decurso normal do negócio, líquido de IVA e são reconhecidos na base do princípio de especialização de exercícios.

Dotação do Orçamento Geral do Estado

A receita representa valores transferidos pelo Ministério das Finanças para financiar o serviço público de radiodifusão e são reconhecidas na base de caixa.

Taxa de Rádio

A receita representa valores transferidos pela Direcção Nacional do Tesouro para a Rádio de Moçambique, referente a taxa de rádio e valores cobrados pela Rádio Moçambique e são reconhecidas na base do princípio de especialização de exercícios.

Receita de Juro

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juro efectiva.

5.6 Custo de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que ocorrerem.

Os custos resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em activos fixos tangíveis são imputados a activos fixos tangíveis em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos, até à entrada em funcionamento dos mesmos, sendo os restantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício. Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos directamente relacionados com o financiamento de activos fixos tangíveis em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

5.7 Subsídios Governamentais

Os subsídios do Governo, incluindo subsídios não-monetários são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe segurança razoável de que:

- os subsídios serão recebidos; e
- que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

5.8 Activos tangíveis

São reconhecidos como activos tangíveis itens tangíveis que:

- i. Sejam detidos para uso na actividade principal da empresa (prestação de serviços de aviação e de não aviação);
- ii. Se espera que sejam usados durante mais do que um período.

O custo de um item de activo tangível é reconhecido como activo se, e apenas se:

- i. For provável que futuros benefícios económicos associados ao item fluirão para a entidade;
- ii. O custo do item puder ser mensurado fiavelmente.

Mensuração inicial dos activos tangíveis

Os activos tangíveis são mensurados inicialmente pelo seu custo. Se o pagamento for diferido para além das condições normais de crédito, a diferença entre o equivalente ao preço a dinheiro e o pagamento total é reconhecida como juro durante o período de crédito a não ser que esse juro seja reconhecido na quantia escriturada do item de acordo com o tratamento alternativo permitido na NCRF 27-Custo de Empréstimos Obtidos. O custo de um item do activo tangível compreende:

- i. O seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
- ii. Quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela RM, E.P.

O custo dos activos de construção própria inclui o custo dos materiais e do trabalho directo, e todos os outros custos directamente atribuíveis para colocar o activo em condições de executar o trabalho para o qual o mesmo se destina, e os custos de demolição e remoção dos itens e de restauração do sítio em que os mesmos estão localizados. O "software" adquirido que seja parte integrante e concorra para a funcionalidade do respectivo equipamento é capitalizado como parte do equipamento.

Nos casos em que partes de um item de propriedade, instalações e equipamento tiverem tempos de vida útil diferentes, os mesmos são contabilizados como itens de propriedade, instalações e equipamento separados.

Mensuração subsequente dos activos tangíveis

Os custos de substituir parte de um item de propriedade, instalações e equipamento são reconhecidos no valor contabilístico do item, se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados em parte desse item fluirão para a empresa e o seu custo puder ser medido de forma fiável. Os custos diários com a prestação de serviços de manutenção de activos tangíveis são reconhecidos na demonstração de resultados conforme forem incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os activos tangíveis são mensurados ao custo, com a excepção dos activos directamente relacionados com a actividade principal da empresa e edifícios que são revalorizados.

Depreciações

As amortizações são calculadas sobre o valor de custo de aquisição, pelo método das quotas constantes a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para serem usados como pretendidos pela gestão, durante a vida útil estimada de cada activo.

As vidas úteis dos principais activos tangíveis constam da tabela abaixo:

Item	Vida útil (anos)
Edifícios	50
Viaturas	5 – 8
Outros equipamentos de radiofusão	5 – 10
Mobiliário de escritório	7 – 8
Equipamento informático e software	3

Os activos em locação financeira são amortizados durante a sua vida útil na mesma base que outros activos pertencentes a Empresa ou durante a duração do contrato de locação caso seja mais curta.

O valor residual dos activos fixos tangíveis é a quantia estimada que se obteria correntemente pela sua alienação, após dedução dos custos estimados de alienação, se o activo já tivesse a idade e as condições esperadas no final da sua vida útil.

A estimativa das vidas úteis, o método de amortização e os valores residuais são revistos anualmente.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou abate dos activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação. O valor líquido contabilístico incorpora as perdas por imparidade acumuladas. As mais e menos-valias contabilísticas apuradas são registadas na demonstração de resultados.

Modelo de Revalorização

A Rádio Moçambique, EP. aplicam o modelo de revalorização para as seguintes categorias de activos tangíveis:

- Edifícios;
- Viaturas.

Após o reconhecimento como um activo estes itens são escriturados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As revalorizações são feitas regularmente para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente do justo valor.

Se a quantia escriturada de um activo for aumentada como resultado de uma revalorização, o aumento é creditado directamente no capital próprio como excedente de revalorização. Contudo, o aumento deve ser reconhecido na demonstração de resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo activo previamente reconhecido na demonstração de resultados. Se a quantia escriturada de um activo for diminuída como resultado de uma revalorização, a diminuição deve ser reconhecida na demonstração de resultados. Contudo, a diminuição deve ser debitada directamente na conta de excedente de revalorização no capital próprio até ao ponto de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização com respeito a esse activo.

Sempre que se optar pelo modelo de revalorização, os activos duma determinada categoria devem ser revalorizados todos eles. As revalorizações selectivas não são permitidas.

5.9 Activos tangíveis de investimento

Activos tangíveis de investimento é a propriedade detida (pelo proprietário ou pelo locatário numa locação financeira) para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas, e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades Rádio Moçambique, EP. administrativas, ou venda no curso ordinário do negócio.

Os activos tangíveis de investimento são reconhecidas como um activo quando, e apenas quando:

- i. For provável que os futuros benefícios económicos que estejam associados à propriedade de investimento fluirão para a empresa;
- ii. O custo do activo tangível de investimento possa ser mensurado fiavelmente.

Os activos tangíveis de investimento são mensurados inicialmente pelo seu custo. Os custos de transacção são incluídos na mensuração inicial.

Para o caso dos edifícios com múltiplas utilizações a classificação como propriedade de investimento ou como activo fixo tangível depende da proporção do espaço destinado para o uso próprio e para o arrendamento. Se o espaço destinado para o uso próprio for insignificante, o edifício é classificado como propriedade de investimento, caso contrário é classificado activo fixo tangível. Nos casos em que for possível separar e vender as partes do edifício em uso próprio independentemente das partes em aluguer, recomenda-se classificar tais partes como activos fixos tangíveis e propriedades de investimento separadamente.

A classificação de um activo como activo tangível de investimento ou como activo fixo tangível é revista todos os anos e caso tenha se verificado uma alteração o item é reclassificado.

Para a mensuração subsequente das propriedades de investimento a Rádio MOÇAMBIQUE E.P aplica o modelo do justo valor e as alterações no justo valor são reconhecidas na demonstração de resultados do exercício em que ocorrerem.

5.10 Activos intangíveis

Reconhecimento inicial

Os activos intangíveis são reconhecidos se e apenas se:

- i. É capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, activo ou passivo relacionado;
- ii. Resultar de direitos contratuais ou de outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações;
- iii. For provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao activo intangível fluam para a empresa;
- iv. O custo do activo intangível possa ser fiavelmente mensurado.

Mensuração inicial

Um activo intangível é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo de um activo intangível adquirido separadamente compreende:

- i. O seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
- ii. Qualquer custo directamente atribuível de preparação do activo intangível para o seu uso pretendido.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial os activos intangíveis são escriturados pelo seu custo menos as amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os activos intangíveis com vida útil finita são amortizados pelo método das quotas constantes, a partir da data em que se encontram disponíveis para serem utilizados como requerido pela gestão. As taxas de amortização variam conforme a expectativa de uso do activo intangível.

5.11 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros compreendem os investimentos em capitais próprios, clientes e outros devedores, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e fornecedores e outros credores.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, mas, no caso dos instrumentos financeiros que não seja pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos, os custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à aquisição.

Um instrumento financeiro é reconhecido se a empresa se tornar uma parte das disposições contratuais do instrumento. Os activos financeiros deixam de ser reconhecidos se os direitos contratuais da empresa aos fluxos de caixa do activo financeiro expirarem ou se a empresa transferir o activo financeiro para uma outra parte sem reter o controlo ou, substancialmente, todos os riscos e prémios do activo. Os passivos financeiros deixam de ser reconhecidos se as obrigações da empresa especificadas no contrato expirarem ou forem revogadas ou canceladas.

A seguir ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando-se o método da taxa de juro efectiva, deduzido das perdas por imparidade.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mantidos pelo custo e testados anualmente para imparidade e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, deduzido dos custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição de forma prolongada, em que o ganho ou perda acumulada é registada na demonstração de resultados.

Clientes e contas a receber

OS clientes e contas a receber são registadas pelo seu custo. Na data de cada balanço, este montante é deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido. Usualmente as dívidas de terceiros decorrentes da actividade operacional não vencem juros.

Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimos.

Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar decorrentes da actividade operacional são registadas pelo seu custo.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos e descobertos bancários, no balanço.

6. Alterações nas políticas contabilísticas, estimativas e erros

Não existem mudanças nas políticas contabilísticas que tenham qualquer efeito nos valores comparativos, assim como não identificado qualquer erro nas demonstrações financeiras referentes ao ano económico anterior que requeira a alteração das referidas demonstrações financeiras.

A Empresa prepara as suas demonstrações financeiras de acordo com as PGC-NIRF, cuja aplicação, muitas vezes, requer que a Administração efectue julgamentos quando formula a posição financeira e resultados da Empresa. Os julgamentos, incluindo os que envolvem estimativas, efectuados no processo de aplicação das políticas contabilísticas da Empresa são desenvolvidos abaixo. A Administração considera que estes julgamentos têm um efeito material sobre as demonstrações financeiras anuais.

A determinação de estimativas requer o exercício de julgamento com base nos vários pressupostos e outros factores como a experiência histórica, as condições económicas correntes e esperadas. Embora as estimativas sejam baseadas no melhor conhecimento da Administração sobre eventos correntes e das acções que poderá tomar no futuro, os resultados reais poderão ser diferentes dessas estimativas. As estimativas contabilísticas bem como os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua.

A discussão abaixo deverá ser também lida em conjunto com a divulgação das principais políticas contabilísticas da Empresa, apresentadas no presente relatório.

7. Continuidade de operações

Em 31 de Dezembro de 2019, capitais próprios negativos de 1 254 milhões de Meticais (1 300 milhões de Meticais negativos em 2018). Esta condição pode resultar em uma incerteza material que pode lançar dúvidas sobre a capacidade da empresa de continuar operando, caso não seja capaz de aumentar o seu capital social e reestruturar as suas operações. No entanto as demonstrações financeiras foram preparadas no princípio contabilístico de continuidade.

8. Activos tangíveis

2019	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Quantia bruta			
Construções	579,442,191	-	579,442,191
Equipamento	686,816,001	6,058,982	692,874,983
Mobiliário e Equipamento Administrativo	210,611,225	6,228,701	216,839,926
	1,476,869,417	12,287,682	1,489,157,099
Depreciações			
Construções	(120,349,195)	(24,515,228)	(144,864,423)
Equipamento	(421,587,869)	(15,947,297)	(437,535,166)
Mobiliário e Equipamento Administrativo	(398,454,326)	(9,227,583)	(407,681,909)
	(940,391,390)	(49,690,108)	(990,081,498)
	536,478,027		499,075,601
2018			
	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Quantia bruta			
Construções	579,442,191	-	579,442,191
Equipamento	676,433,718	10,382,283	686,816,001
Mobiliário e Equipamento Administrativo	203,667,146	6,944,079	210,611,225
	1,459,543,055	17,326,362	1,476,869,417
Depreciações			
Construções	(87,448,506)	(32,900,689)	(120,349,195)
Equipamento	(405,547,033)	(16,040,836)	(421,587,869)
Mobiliário e Equipamento Administrativo	(386,271,642)	(12,182,684)	(398,454,326)
	(879,267,181)	(61,124,209)	(940,391,390)
	580,275,874		536,478,027

9. Activos intangíveis

2019	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Quantia bruta			
Propriedade industrial e outros activos intangíveis	5,141,112	68,431	5,209,543
Amortizações			
Propriedade industrial e outros activos intangíveis	(4,203,744)	(50,929)	(4,254,673)
Quantia escriturada	937,368		954,870
2018	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Quantia bruta			
Propriedade industrial e outros activos intangíveis	5,141,112	-	5,141,112
Amortizações			
Propriedade industrial e outros activos intangíveis	(4,153,258)	(50,486)	(4,203,744)
Quantia escriturada	987,854		937,368

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
10. Investimento financeiro		
<p>O investimento financeiro corresponde a 33% das acções detidas na Empresa de Transporte, Multiplexação e Transmissão, SA. Este investimento está reconhecido ao custo.</p>		
11. Clientes		
Clientes conta corrente	69,583,537	65,092,294
Perdas por imparidade	<u>(62,339,493)</u>	<u>(60,961,524)</u>
	<u>7,244,044</u>	<u>4,130,770</u>
Movimento da imparidade		
Saldo inicial	60,961,524	64,400,068
Reforço	1,377,969	3,612,422
Utilização por writte off	-	(7,050,966)
Saldo final	<u>62,339,493</u>	<u>60,961,524</u>
12. Outros activos financeiros		
Adiantamentos a fornecedores	1,083,730	483,273
Adiantamentos ao pessoal	244,745	1,035,789
Outros devedores	150,974	1,059,352
Garantias de clientes	<u>210,960</u>	<u>76,403</u>
	<u>1,690,409</u>	<u>2,654,816</u>
13. Outros activos correntes		
Pagamento especial por conta	367,499	266,668
Acréscimos de rendimento	35,886,177	34,123,710
Gastos diferidos	<u>4,737,167</u>	<u>2,478,910</u>
	<u>40,990,843</u>	<u>36,869,288</u>
<p>Os acréscimos de rendimento correspondem a receita de taxa de rádio difusão cobrada pela EDM nos meses de Novembro e Dezembro de 2019 cuja entrada nos cofres da Rádio Moçambique ocorreu em 2020.</p>		
14. Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário	97,705	102,559
Depósitos a ordem	24,148,933	45,492,194
Depósitos a prazo	<u>25,030,000</u>	<u>25,030,000</u>
	<u>49,276,638</u>	<u>70,624,753</u>

O saldo de Bancos inclui dois depósitos a prazo no Millennium Bim nos montantes respectivamente de MT 25 milhões e MT 30 mil, que vencem em 16/1/2019 e 11/9/2019 a taxa de juros de 11.25% e 1.25% ao ano.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
15. Capital próprio		
Capital social	121,999,382	121,999,382
Reservas	208,723,723	208,723,723
Excedente de reavaliação de activos tangíveis	-	392,942,368
Resultados acumulados	<u>(1,584,817,548)</u>	<u>(2,023,773,482)</u>
	<u>(1,254,094,442)</u>	<u>(1,300,108,008)</u>

O capital social corresponde ao fundo de constituição e encontra-se realizado pelos valores que integram o património, sendo integralmente detido pelo estado.

O conselho de administração deliberou pela transferência do resultado do exercício de 2019 para resultados acumulados.

As reservas incluem reservas de investimento e exedentes de reavaliação. Estas reservas não são distribuíveis.

16. Provisões

As provisões correspondem ao fundo de pensões e férias por gozar da Rádio Moçambique e encontram-se detalhadas abaixo:

Curto Prazo	137,464,489	116,368,067
Longo Prazo	<u>1,483,790,443</u>	<u>1,621,625,499</u>
	<u>1,621,254,932</u>	<u>1,737,993,565</u>
Saldo inicial	1,737,993,565	1,833,451,672
Reforço	19,487,085	28,810,220
Utilização	<u>(136,225,718)</u>	<u>(124,268,327)</u>
Saldo final	<u>1,621,254,932</u>	<u>1,737,993,565</u>
Decomposição do fundo de pensões:		
Responsabilidades passadas (i)	797,219,061	913,293,077
Responsabilidades vitalícias constantes (ii)	775,738,566	795,890,268
Provisões para férias	<u>48,297,305</u>	<u>28,810,220</u>
	<u>1,621,254,932</u>	<u>1,737,993,565</u>

(i) Refere-se a responsabilidade futura que a Rádio tem para com os beneficiários do sistema de pensões por velhice, pensão de invalidez e pensões de sobrevivência que abrange os 207 funcionários no activo vinculados no aparelho do Estado.

(ii) Corresponde a responsabilidade futura que a Rádio tem para com os beneficiários do sistema de pensões por velhice, pensão de invalidez e pensões de sobrevivência que abrange 206 funcionários reformados e 133 pensionistas de subsídio de sobrevivência.

A responsabilidade líquida corresponde ao valor actual estimado dos benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e passados. O valor do fundo de pensões foi determinado pela Seguradora Internacional de Moçambique e a sua actualização é feita de 5 em 5 anos. A próxima avaliação será feita em 2020.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
17. Fornecedores		
TMcel	6,148,877	36,690,444
Electricidade de Moçambique	85,168,899	93,254,907
Outros fornecedores	3,751,819	2,698,533
	<u>95,069,595</u>	<u>132,643,884</u>

18. Empréstimos obtidos

Descobertos bancários	<u>29,901,000</u>	<u>29,998,848</u>
	<u>29,901,000</u>	<u>29,998,848</u>

O descoberto bancário em forma de conta corrente caucionada junto do Millennium Bim foi constituído para o reforço da Tesouraria. A facilidade vence em 19 de Fevereiro de 2020 a uma taxa de Juro de 24.2% ano.

19. Outros passivos financeiros

Acréscimos de gastos	1,160,577	-
Credores diversos	54,066,470	14,186,526
Credores trabalhadores	9,017,655	7,821,240
Salários a pagar	612,560	1,818,481
Rendimentos diferidos	3,223,925	-
	<u>68,081,187</u>	<u>23,826,246</u>

	2019	2018
20. Outras contas a pagar		
Impostos retidos na fonte	30,921,287	24,524,678
Adiantamento de clientes	5,133,016	984,224
Contribuições para INSS	3,290,342	5,390,540
Imposto pessoal autarquico	2,915	2,915
IVA a pagar	272,573	302,817
	39,620,134	31,205,174

O imposto retido na fonte inclui as retenções na fonte sobre os salários processados em 2019, cuja liquidação vai ocorrer em 2020.

Os adiantamentos de clientes correspondem as prestações recebidas cujo serviço de publicidade ainda não ocorreu.

21. Venda de bens e prestação de serviços

Anúncios e publicidade	44,880,809	48,594,011
Programas	22,357,749	36,620,921
Gravações	1,519,199	1,323,985
Amplificações sonoras	180,284	230,891
Outros proveitos	1,320,292	1,258,502
	70,258,333	88,028,310
Descontos e abatimentos	(2,536,643)	(2,374,658)
	67,721,690	85,653,651

22. Outros rendimentos e ganhos operacionais

<i>Rendimentos</i>		
Subsídios para o funcionamento	329,441,137	298,267,055
Subsídio de Eleições	58,560,896	43,569,978
Taxas de rádio difusão finanças	249,664,996	230,368,118
Taxas de rádio difusão vinhetas	41,899,921	40,456,990
Donativos	19,810,800	14,602,043
Comparticipação de frequência	2,406,972	3,018,136
Serviços sociais	1,932,125	2,221,186
Abates de activos tangíveis	32,760	49,140
Aluguer de equipamento	405,371	253,685
Perdão de dívidas Tmcel	36,956,992	-
Outros ganhos	10,519,180	6,809,323
	751,631,149	639,615,655
<i>Perdas</i>		
Impostos e taxas	(4,983,988)	(3,901,944)
Outras perdas operacionais	(490,870)	(1,784,034)
Donativos ao estado	(11,410)	-
	(5,486,269)	(5,685,978)
	746,144,881	633,929,677

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
23. Custos com o pessoal		
Remunerações dos trabalhadores	442,304,037	408,067,425
Provisão para férias	19,487,085	28,810,220
Ajudas de custos	48,216,754	22,853,984
Seguros de acidentes de trabalho	3,676,649	1,880,259
Encargos com remunerações	14,147,043	12,817,549
Outros gastos com o pessoal	12,050,154	17,240,875
	<u>539,881,722</u>	<u>491,670,313</u>
24. Fornecimentos e serviços de terceiros		
Água e electricidade	30,351,959	24,864,056
Artigos para oferta	1,991,319	4,337,299
Combustíveis e lubrificantes	20,291,444	16,665,273
Comissões a intermediários	4,254,216	27,571,699
Comunicações	18,832,671	22,328,420
Contecioso e notariado	137,907	588,963
Deslocações e estadias	15,847,511	4,397,296
Despesas de representação	307,335	197,759
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1,306,962	1,779,093
Honorários	8,944,430	6,999,184
Limpeza, higiene e conforto	837,059	1,262,542
Manutenção e reparação	7,041,276	8,320,686
Material de escritório	4,188,193	4,215,232
Material de manutenção e reparação	7,909,525	5,521,205
Outros fornecimentos e serviços	13,086,606	10,811,412
Publicidade e propaganda	33,632	10,254
Rendas e alugueres	16,674,792	9,455,738
Royalties	515,000	600,000
Seguros	2,256,954	1,474,246
Trabalhos especializados	3,134,897	5,705,134
Transporte de carga	2,404,062	1,876,688
Transporte de pessoal	1,176,097	456,908
Vigilância e segurança	1,760	1,282
	<u>161,525,605</u>	<u>159,440,368</u>
25. Rendimentos financeiros		
Diferenças cambiais não realizadas favoráveis	-	1,333,773
Diferenças cambiais realizadas favoráveis	-	95,321
Outros rendimentos financeiros	159,334	-
Juros de depósito a prao	1,934,626	2,142,744
	<u>2,093,960</u>	<u>3,571,839</u>

	2019	2018
26. Gastos financeiros		
Juros de mora e compensatórios	375,553	1,031,770
Despesas bancárias	2,320,708	6,970,420
Outros juros	6,483,822	5,280,940
Diferenças cambiais desfavoráveis	44,864	4,815
Outros gastos financeiros	268,454	35,599
	9,493,401	13,323,544
27. Imposto sobre o rendimento		
Resultados antes de imposto	49,278,254	(6,066,173)
<u>Temporárias</u>		
Fundo de pensões	(136,225,718)	(124,268,327)
Provisões de clientes acima dos limites fiscais	334,216	2,636,038
Diferenças de câmbio não realizadas	-	(1,333,773)
<u>Permanentes</u>		
Ajudas de custos (50%)	24,026,352	11,426,992
Combustíveis viaturas ligeiras (50%)	10,134,174	8,086,930
Manutenção e reparação viaturas ligeiras (50%)	3,517,688	1,407,635
Despesas de representação	245,868	98,879
Donativos	-	-
Rendas de locação financeira	-	-
Multas e penalidades	44,448	329,286
Juros de mora e compensatórios	375,553	944,774
Prejuízo fiscal	(48,269,164)	(106,737,739)
Movimento no imposto diferido activo não reconhecido	15,446,133	34,156,076
Taxa efectiva	-	-

Considerando o historial da empresa que tem vindo a acumular prejuízos nos últimos anos, não foi registado qualquer activo por impostos diferidos relativamente aos prejuízos fiscais acumulados, pelo facto de não se determinar com relativa razoabilidade, a probabilidade desses prejuízos puderem vir a ser usados no futuro.

As autoridades fiscais não confirmaram a aceitação dos processos de contas, cuja avaliação esteja à sua responsabilidade. Os referidos processos permanecem em aberto e estão sujeitos a revisão e ajustamento por um período de 5 anos. O Conselho de Administração é da opinião que não irão resultar ajustamentos ou multas significativas no que respeita aos anos em aberto, caso os mesmos sejam sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais.

28. Gestão de risco, objectivos e políticas

A exposição aos riscos da moeda, crédito, liquidez e taxa de juro resulta no decurso normal do negócio da empresa. Os riscos da empresa são continuamente monitorados. Os instrumentos financeiros apresentados no balanço incluem os recursos de caixa, clientes, fornecedores e investimentos.

Nesta nota é dada informação a respeito da exposição da empresa a cada um dos riscos acima mencionados, dos objectivos da empresa, políticas e processos para medir e gerir o risco e do processo mediante o qual a Empresa realiza a gestão do seu capital.

O Conselho de Administração é inteiramente responsável por estabelecer e supervisionar a estrutura de gestão de risco da Empresa.

As políticas de gestão de risco da empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para definir limites e controlo de risco adequados e para controlar os riscos e a adesão aos limites. As políticas e sistemas de gestão de riscos são revistos periodicamente, por forma a reflectir as mudanças nas condições do mercado e nas actividades da empresa. A Empresa através da sua formação e das normas e procedimentos de gestão, procura desenvolver um ambiente de controlo disciplinado e construtivo, no qual os empregados compreendam as suas funções e obrigações.

O Conselho Fiscal da Empresa supervisiona como a gerência monitora o cumprimento das políticas e procedimentos de gestão de risco da Empresa e analisa a adequação da estrutura de gestão de risco, em relação aos riscos enfrentados pela Empresa. O Conselho Fiscal da Empresa é assistido, no seu papel de supervisão, pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna leva a efeito as revisões periódicas e as revisões ad hoc dos controles e procedimentos de gestão de risco e comunica os resultados ao Conselho Fiscal.

29.1 Risco de Mercado

O risco do mercado é o risco das alterações no mercado, tais como alterações na taxa de câmbio e de juros afectarem as receitas da empresa ou os valores dos seus instrumentos financeiros. O objectivo da gestão de risco é gerir e controlar as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo optimizando o retorno sobre o risco.

29.2 Gestão do risco de capital

A estrutura do capital da Empresa consiste em dívida, caixa e equivalentes de caixa e capital próprio ajustado. A Empresa monitora o financiamento com base na relação entre o valor da dívida e o capital próprio. O rácio é calculado como a relação entre a dívida líquida e o capital próprio ajustado.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rácio de alavancagem		
Passivos totais	1,853,645,056	1,955,667,717
Caixa e equivalentes de caixa	49,276,638	70,624,753
Dívida líquida	1,804,650,210	1,885,042,964
Capitais próprios	<u>(1,254,094,442)</u>	<u>(1,300,108,008)</u>
Rácio de alavancagem	<u>(144%)</u>	<u>(145%)</u>

29. Gestão de risco, objectivos e políticas (Continuação)

29.3 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de que fluxos monetários futuros de um instrumento financeiro irão flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. O risco do justo valor da taxa de juro é o risco de que um valor de um determinado instrumento financeiro irá flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição da Empresa face ao risco da taxa de juro prende-se aos empréstimos de taxa de juro variável.

A política da Rádio Moçambique E.P. passa por obter financiamento por via de taxas fixas, assim como variáveis, a fim de minimizar as variações das taxas de juro.

A gestão não divulgou os feitos que as alterações das taxas de juro teriam sobre as suas demonstrações financeiras por considerar o seu efeito imaterial sobre as contas.

29.4 Risco de taxa de câmbio

A Empresa incorre em riscos, como resultado da aquisição de bens e serviços, da cobrança de taxas e da contratação de empréstimos em moeda estrangeira. As moedas em que a empresa transacciona e que dão origem ao risco cambial são o Dólar norte-americano e o Rand sul-africano. Sempre que possível. A Empresa procura atenuar o efeito do risco cambial contratando empréstimos em meticals. Na data do balanço o efeito das alterações nas taxas de câmbio não tem efeitos materiais sobre as contas.

Taxas de câmbio

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira no final do ano foram as seguintes:

USD	61.47	59.02
ZAR	4.28	4.79

29.5 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da Rádio Moçambique E.P. incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes e clientes não cumprirem com as suas obrigações.

A Administração segue uma política de crédito que lhe permite monitorar continuamente a exposição ao risco de crédito. As avaliações de carteira de crédito são realizadas periodicamente com a intenção de identificar e resolver potenciais riscos de cobrança. A Administração está a tratar esta área como uma área de foco prioritária devido ao seu impacto nos fluxos de caixa da empresa. A máxima exposição ao risco de crédito é representada pelo valor contabilístico de cada activo financeiro no balanço.

29. Gestão de risco, objectivos e políticas (Continuação)

A exposição máxima da Empresa ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2019 está detalhada abaixo:

Vencido/sector	Governo	Financeiro	Entidades públicas	Outras entidades	Total
2019					
0 a 60 dias	2,357,980	125,095	228,724	2,050,912	4,762,711
60 a 120 dias	1,176,204	1,816,068	192,465	3,095,935	6,280,672
120 a 180 dias	3,134,257	1,785,475	384,298	3,818,928	9,122,958
Mais de 180 dias	15,627,099	33,383	5,927,063	27,829,652	49,417,196
Total	22,295,540	3,634,926	6,732,549	36,795,427	69,583,537
Imparidade	(19,155,388)	(2,311,797)	(6,368,699)	(34,503,608)	(62,339,493)
Posição líquida	3,140,151	1,323,128.89	363,850	2,291,819	7,244,044
2018					
0 a 60 dias	398,407	-	265,192	539,140	1,202,739
60 a 120 dias	965,793	-	312,426	536,555	1,814,774
120 a 180 dias	97,007	-	91,524	4,108,606	4,297,137
Mais de 180 dias	19,696,013	270,451	6,568,283	31,242,897	57,777,644
Total	21,157,219	270,451	7,237,426	36,427,198	65,092,294
Imparidade	(17,591,540)	(270,451)	(6,840,667)	(36,258,866)	(60,961,524)
Posição líquida	3,565,679	-	396,758	168,332	4,130,770

29.6 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco da Empresa não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes se vencem. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e efluxos de caixa, bem como os respectivos gaps de liquidez.

30. Gestão de risco, objectivos e políticas (Continuação)

O objectivo da empresa é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, empréstimos bancários, locações financeiras, e as receitas. Em 31 de Dezembro a entidade encontrava-se exposta as seguintes obrigações:

2019	Até 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Provisões	136,225,718	544,902,872	802,661,853	1,483,790,443
Fornecedores	95,069,595	-	-	95,069,595
Empréstimos obtidos	29,901,000	-	-	29,901,000
Outros passivos financeiros	68,081,187	-	-	68,081,187
Outras contas a pagar	39,620,134	-	-	39,620,134
	368,897,633	544,902,872	802,661,853	1,716,462,358

2018	Até 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Provisões	116,368,067	465,472,267	1,156,153,232	1,737,993,565
Fornecedores	132,643,884	-	-	132,643,884
Empréstimos obtidos	29,998,848	-	-	29,998,848
Outros passivos financeiros	23,826,246	-	-	23,826,246
Outras contas a pagar	31,205,174	-	-	31,205,174
	334,042,219	465,472,267	1,156,153,232	1,955,667,717

31. COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

31.1 Processos judiciais

Não existem processos judiciais pendentes.

31.2 Compromisso de investimentos de capital

Não existem compromissos de investimentos de capital na data do balanço.

32. Reexpressão das Demonstrações Financeiras

Os saldos iniciais foram reexpressos em virtude de ter sido anulada uma venda em 2019 referente ao exercício de 2018. Esta anulação resultou da emissão de uma factura sem que o cliente tivesse confirmado a aceitação do serviço.

	31/12/2018		
	<u>Saldo após reexpressão</u>	<u>Ajustamento nas vendas</u>	<u>Saldo Antes da reexpressão</u>
Efeito na Demonstração de resultados			
Venda de bens e prestação de serviços	85,653,651	(3,264,688)	88,918,339
Resultado líquido do exercício	(6,066,173)		(2,801,485)
Efeito no Balanco			
Clientes	4,130,770	(3,264,688)	7,395,458
Total do activo	652,295,021	(3,264,688)	655,559,709
Efeito nos resultados acumulados			
Resultados acumulados	(2,027,038,170)	(3,264,688)	(2,023,773,482)
Efeito nos fluxos de caixa			
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Resultado líquido do exercício	(6,066,173)	(3,264,688)	(2,801,485)
Diminuição / (aumento) de clientes	(2,778,306)	3,264,688	(6,042,994)

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

A rápida e repentina propagação da epidemia do Coronavírus (Covid-19) está causando a paralisação de vários sectores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais a empresa está sujeita, aguarda-se do governo, medidas Económico Fiscais que visem assegurar o cumprimento e sequência de seus objectivos Sociais, (e no pressuposto de sua continuidade operacional). A Rádio é parte integrante do sector empresarial do Estado e é altamente dependente dos subsídios do governo para o seu funcionamento. O orçamento prevê um défice de 109 mil milhões de meticals e o governo espera que seja coberto por fundos externos (Empréstimos e donativos).

Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a actividade e rendibilidade da organização será afectada em menor ou maior grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita a situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos activos, considera-se que se mantém aplicável o princípio de continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras

Face ao exposto acima, o Conselho de Administração reavaliou a adequação do uso do pressuposto de continuidade na preparação destas demonstrações financeiras. Com base na avaliação efectuada, a Gestão é de opinião que a dúvida significativa associada às actuais incertezas relacionadas ao vírus COVID-19 não resulta actualmente em incerteza material relacionada a tais eventos ou condições que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da empresa prosseguir com as suas actividades.
